

PROCESSO - A. I. Nº 269094.0127/05-3
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - COMERCIAL DE ALIMENTOS RIO BAHIA LTDA. (RIO BAHIA)
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 4ª JJF nº 0359-04/05
ORIGEM - INFAZ JEQUIÉ
INTERNET - 22/02/2006

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0034-12/06

EMENTA: ICMS. NULIDADE. INOBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. ARQUIVOS MAGNÉTICOS. APRESENTAÇÃO INCOMPLETA E EM PADRÃO DIFERENTE DO PREVISTO NA LEGISLAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. MULTA. O procedimento fiscal não foi efetuado de acordo com os requisitos legais. Não foi concedido ao contribuinte o prazo regulamentar para apresentação dos arquivos magnéticos. A infração é nula, devendo ser renovada a ação fiscal. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Ofício interposto pela 4ª JJF, no termos do art. 169, I, “a”, “1”, do RPAF/99, tendo em vista a Decisão constante no Acórdão JJF Nº 0359-04/05, em que foi declarado Procedente em Parte o Auto de Infração em lide, o qual foi lavrado para aplicar multas, no valor total de R\$61.255,97, em decorrência de duas infrações.

Cinge-se o presente Recurso de Ofício apenas à primeira infração, a qual foi declarada nula. Nessa infração, o recorrido foi acusado de ter deixado de fornecer arquivos magnéticos, exigido mediante intimação, com informações das operações ou prestações realizadas. Consta na descrição dos fatos que os arquivos magnéticos foram fornecidos em padrão diferente do previsto na legislação, não tendo sido apresentados os registros 54 e 75, referentes à identificação dos itens de mercadorias. Também não foi apresentado todo o arquivo magnético referente ao período de dezembro/2004.

O autuado apresentou defesa e, em relação à infração 1, suscitou três preliminares de nulidade:

- a) não ficou esclarecido se a multa foi imposta pela não apresentação dos arquivos magnéticos, ou se em função de sua apresentação em padrão divergente do previsto na legislação;
- b) não foi observado o disposto no artigo 708-B, do RICMS/97, que estabelece o prazo de 5 (cinco) dias úteis para o contribuinte entregar os arquivos e, no entanto, o autuante somente lhe concedeu o prazo de 48 (quarenta e oito horas);
- c) não foi intimado, na forma do § 5º, do artigo 708-B, para no prazo de 30 (trinta) dias úteis corrigir o arquivo magnético apresentado com inconsistência.

Na informação fiscal, o autuante diz que a primeira preliminar de nulidade deve ser afastada, pois a legislação em vigor equipara a não fornecimento a entrega de arquivo magnético em desconformidade com o previsto. Quanto às demais preliminares, diz que o exame dos dois termos de intimação acostados às fls. 5 e 6 comprova que decorreram mais de 68 dias entre as intimações (06/04/05 e 14/06/05). Diz que, apesar da intimação ter concedido formalmente o prazo de 48 horas, o contribuinte teve um prazo maior que o previsto na legislação.

Ao proferir o seu voto na Decisão recorrida, o ilustre relator assim se pronunciou acerca da infração em comento, tendo sido unanimemente acompanhado pelos demais pares:

Na infração 1, foi aplicada multa de 1% sobre as operações de entradas e saídas, por ter deixado de fornecer arquivos magnéticos com informações das operações ou prestações realizadas, ou entregou os referidos arquivos em padrão diferente do previsto na legislação, ou em condições que impossibilitaram sua leitura.

O art. 708-A, do RICMS/97, determina que os contribuintes do ICMS autorizados ao uso de SEPD deverão entregar o arquivo magnético referente ao movimento econômico de cada mês, a partir do mês de outubro de 2000, inclusive, contendo a totalidade das operações de entrada e de saída e das aquisições e prestações efetuadas. Por sua vez, o Convênio nº 69, introduziu alterações dos formatos dos arquivos, não se tratando de norma criadora da obrigação de entregar os arquivos magnéticos, que foi instituída em nosso regulamento, em seu Art. 708-A, através da Alteração 21, baseada no Convênio 57/95.

Assim, todos os contribuintes atacadistas estão obrigados a entregar o arquivo magnético contendo os dados referentes aos itens de mercadoria constantes dos documentos fiscais e registros de inventário nos meses em que este for realizado. O arquivo magnético deverá ser entregue via Internet através do programa Validador/Sintegra, que disponibilizará para impressão o Recibo de Entrega de Arquivo Magnético cancelado eletronicamente após a transmissão; ou na Inspetoria Fazendária do domicílio do contribuinte, acompanhado do Recibo de Entrega de Arquivo Magnético gerado pelo programa validador/Sintegra, após validação, nos termos do Manual de Orientação para Usuários de SEPD de que trata o Conv. ICMS 57/95.

O art. 708-B estabelece que o contribuinte fornecerá ao fisco os documentos e o arquivo magnético quando intimado, no prazo de 5 dias úteis contados da data do recebimento da intimação.

Assim, como o autuante não observou os requisitos previstos na legislação pertinente, ou seja, intimou o autuado a apresentar os arquivos magnéticos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, entendo que a infração 1 é nula, nos termos do art. 18, II, do RPAF, por inobservância do devido processo legal.

Entretanto, represento à autoridade competente para que seja providenciada nova ação fiscal referente à infração 1, a salvo de falhas, em conformidade com os termos do art. 21, do RPAF/99.

Considerando que o valor da desoneração do recorrido era superior ao previsto no art. 169, I, “a”, “1”, do RPAF/99, a 4ª Junta de Julgamento Fiscal recorreu de sua Decisão.

VOTO

O art. 708-B, do RICMS-BA, expressamente, prevê o prazo de cinco dias úteis para o fornecimento de arquivo magnético ao fisco. Ao analisar as intimações de fls. 5 e 6, constata-se que o prazo previsto no citado art. 708-B não foi observado pelo autuante, já que, por duas vezes, só foram concedidos ao recorrido quarenta e oito horas para apresentação dos arquivos magnéticos. O fato de entre as intimações decorrerem mais de 68 dias não possui o condão de modificar o prazo que foi concedido nas duas intimações anexadas ao processo.

As intimações efetuadas pelo autuante são nulas, pois não observaram o prazo previsto no art. 708-B, do RICMS-BA. Esse vício viola o princípio do devido processo legal e macula de nulidade a exigência fiscal e, portanto, correta a Decisão recorrida.

Nos termos do art. 21 do RPAF/99, represento à autoridade competente para que providencie o refazimento da ação fiscal em relação à infração em tela, a salvo de falhas.

Pelo exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício, homologando a Decisão recorrida que julgou procedente em parte o Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **269094.0127/05-3**, lavrado contra **COMERCIAL DE ALIMENTOS RIO BAHIA LTDA. (RIO BAHIA)**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$140,00**, com os devidos acréscimos moratórios, prevista do art. 42, XVIII, “c”, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 06 de fevereiro de 2006.

TOLSTOI SEARA NOLASCO – PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – RELATOR

MARIA DULCE HASSELMAN RODRIGUES BALEEIRO COSTA – REPR. DA PGE/PROFIS